

AdP VALOR – SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

**CONCURSO PÚBLICO LIMITADO POR PRÉVIA
QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA COM
FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS DE CASAS DE BANHO
PARA O EDIFÍCIO SEDE ÁGUAS DE PORTUGAL**

2023_08 | CLPQ

CADERNO DE ENCARGOS

AGOSTO 2023

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a Contrato	4
Cláusula 3. ^a Prazo contratual.....	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	5
Secção I Obrigações do Cocontratante.....	5
Cláusula 4. ^a Obrigações do Cocontratante	5
Cláusula 5. ^a Local da Prestação dos serviços	7
Cláusula 6. ^a Níveis de serviço.....	8
Cláusula 7. ^a Equipa a afetar à execução do contrato	13
Cláusula 8. ^a Documentação a entregar pelo Cocontratante	14
Cláusula 9. ^a Avaliação da qualidade dos serviços de limpeza	15
Cláusula 10. ^a Dever de sigilo.....	16
Cláusula 11. ^a Tratamento de Dados Pessoais.....	16
Cláusula 12. ^a Conservação de Dados Pessoais	18
Cláusula 13. ^a Transferência de dados pessoais	19
Cláusula 14. ^a Dever de Cooperação.....	19
Secção II Meios Humanos	19
Cláusula 15. ^a Horário de Trabalho	19
Cláusula 16. ^a Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho.....	20
Cláusula 17. ^a Encargos sociais.....	20
Cláusula 18. ^a Salários mínimos	21
Cláusula 19. ^a Pagamento de remunerações	21
Cláusula 20. ^a Seguros.....	21
Secção III Obrigações da AdP VALOR	22
Cláusula 21. ^a Preço base e preço contratual	22
Cláusula 22. ^a Revisão de preços.....	23
Cláusula 23. ^a Condições de Pagamento.....	23
Cláusula 24. ^a Faturação	24

Secção IV ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	
.....	26
Cláusula 25. ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	26
CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO....	26
Cláusula 26. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante	26
Cláusula 27. ^a Sanções contratuais	27
Cláusula 28. ^a Força maior	29
Cláusula 29. ^a Resolução por parte da AdP VALOR.....	31
Cláusula 30. ^a Resolução por parte do Cocontratante.....	31
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	32
Cláusula 31. ^a Deveres de Informação	32
Cláusula 32. ^a Comunicações	32
Cláusula 33. ^a Foro competente.....	32
Cláusula 34. ^a Direito aplicável e natureza do contrato.....	33
Cláusula 35. ^a Contagem dos prazos.....	33
ANEXO I CARATERIZAÇÃO DAS ÁREAS A INTERVENCIONAR	34
Anexo II ESPECIFICAÇÕES DOS CONSUMÍVEIS DE CASA DE BANHO.....	37
Anexo III ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA	40

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato de Aquisição de serviços de higiene e limpeza com fornecimento de consumíveis de casas de banho para o Edifício – Sede do Grupo Águas de Portugal, a celebrar entre a **AdP VALOR – Serviços Ambientais, S.A.** (doravante **AdP VALOR**) e o respetivo **Adjudicatário**.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1.** O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo **Adjudicatário**.
- 2.** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
- 3.** Os ajustamentos propostos pela **AdP VALOR** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **Adjudicatário** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o presente contrato vigora pelo prazo de 1 (um) ano, a contar do dia 1 de Dezembro de 2023, podendo ser renovado por igual período de 1 (um) ano, até ao máximo de 3 (três) anos, exceto se a **AdP VALOR** se opuser a tal renovação, mediante comunicação escrita a enviar ao **Cocontratante**, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que a renovação se verificaria.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

Sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:

- a) Prestar os Serviços de Limpeza Programada Regular, os quais englobam os serviços de limpeza regular diária, os serviços de limpeza permanente (piquete);
- b) Prestar, mediante solicitação do Gestor de Contrato a designar pela **AdP VALOR**, os Serviços Complementares de Limpeza, que englobam a limpeza profunda de pisos (lavagem de alcatifas e desinfeção de recipientes do lixo), a lavagem das garagens e a lavagem dos vidros exteriores;
- c) Fornecer os seguintes consumíveis de casas de banho:
 - i. Papel Higiénico Jumbo Mini;
 - ii. Rolo de papel para marquesa com largura de 60cm;
 - iii. Toalhas de Papel de Mão Zig Zag – 2 camadas;
 - iv. Sabonete líquido;
 - v. Contentores Assépticos.

- d) Prestar os serviços e fornecer os bens referidos nas alíneas anteriores conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, as características técnicas e ambientais mínimas, níveis de serviço e requisitos do fornecimento definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- e) Comunicar à **AdP VALOR**, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- f) Não alterar as condições do fornecimento dos bens e prestação dos serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens e serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - i. Durante o período de vigência do contrato, o **Cocontratante** deve enviar à **AdP VALOR**, semestralmente, informação sobre os produtos consumíveis utilizados por forma a documentar o tipo e a quantidade de produtos consumíveis fornecidos no âmbito do contrato;
- h) Manter uma estrutura capaz de assegurar todos os serviços compreendidos no objeto do contrato;
- i) Comunicar à **AdP VALOR** a nomeação da pessoa responsável pela gestão do contrato celebrado, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- j) Disponibilizar a informação relevante para a gestão do contrato à **AdP VALOR**;
- k) Manter a disciplina e boa apresentação do seu pessoal, que deverá apresentar-se devidamente fardado e credenciado;
- l) Evidenciar que os equipamentos, ferramentas e outro material afeto à execução do contrato são, quando aplicável, homologados, encontrando-se-lhes aposta a marcação CE e possuindo declaração de conformidade;
- m) Escolher, sempre que possível, produtos químicos, óleos e detergentes que não contenham substâncias perigosas ou cujo conteúdo destas substâncias ou preparações seja menor;
- n) Escolher, sempre que possível, produtos químicos, óleos e detergentes a granel e com embalagens de maior volume, ou produtos concentrados, de forma a reduzir os resíduos de embalagem;

- o) Escolher, sempre que possível, produtos químicos, óleos e detergentes que cumpram os critérios do rótulo ecológico da UE para produtos para limpeza de superfícies duras, relativos, respetivamente, à toxicidade para organismos aquáticos e às substâncias excluídas e sujeitas a restrições;
- p) Escolher, sempre que possível, produtos químicos, óleos e detergentes com um tipo de embalagem que permita o armazenamento do remanescente em condições de segurança (fecho estanque);
- q) Escolher, sempre que possível, produtos químicos, óleos e detergentes verificando se existe possibilidade de retorno da embalagem ao fornecedor, ou caso não seja possível, se o tipo de embalagem e material de embalagem permitem a sua reciclagem após a utilização do produto;
- r) Utilizar, sempre que possível, produtos de microfibra nos acessórios têxteis de limpeza (por exemplo, panos, esfregonas e mopas).
- s) Participar em reuniões de trabalho mensais com o Gestor do Contrato designado pela **AdP VALOR**;
- t) Entregar à **AdP VALOR** a documentação prevista na cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo aí referido;
- u) Cumprir as obrigações resultantes dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis ao setor;
- v) Confirmar a disponibilidade para a execução da prestação dos serviços complementares – limpeza programada profunda, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da correspondente solicitação efetuada pelo Gestor do Contrato da **AdP VALOR**;
- w) Responsabilizar-se por eventuais danos que possam ocorrer nas instalações e nos equipamentos da **AdP VALOR** e das restantes empresas sediadas no edifício da Águas de Portugal, sempre que os mesmos se devam a dolo ou negligência do pessoal afeto à execução do contrato.

Cláusula 5.^a

Local da Prestação dos serviços

- I. Os serviços objeto do contrato serão executados no Edifício-sede da Águas de Portugal, sito na Rua Visconde Seabra, n.º 3, em Lisboa, cuja caracterização das áreas e locais a

intervencionar figura no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

2. O edifício possui dez pisos, quatro de garagem, cinco destinados a escritórios e um terraço acima do solo, destinados a área técnica e possui uma área útil aproximada de 8.100 m².

Cláusula 6.^a

Níveis de serviço

- I. O **Cocontratante** obriga-se a assegurar, no que diz respeito ao fornecimento de consumíveis de casa de banho, o cumprimento das especificações técnicas constantes no **ANEXO II** deste Caderno de Encargos e os seguintes requisitos e níveis de serviço:
 - a) A requisição de consumíveis de casa de banho é efetuada pela **AdP VALOR**, através do envio de uma requisição ao **Cocontratante**;
 - b) O valor da encomenda mínima é de €100,00 (*cem euros*), sem custos adicionais de distribuição;
 - c) A entrega dos bens é na sede da **AdP VALOR**, na morada mencionada no n.º I da cláusula 5.^a do presente Caderno de Encargos. Em caso de mudança de instalações, o **Cocontratante** obriga-se a manter as condições negociadas desde que as novas instalações se situem num raio de 20 km em relação às anteriores instalações;
 - d) O prazo máximo para entrega dos bens é de 5 (*cinco*) dias úteis a contar da data de envio da requisição, podendo, no entanto, esse prazo ser alterado por acordo entre as partes. A substituição dos bens rejeitados pela **AdP VALOR** deve ser efetuada dentro do prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis ou do prazo acordado a contar da data de envio da requisição;
 - e) Os bens deverão ser entregues no horário normal de expediente da **AdP VALOR**, entre as 09h00m e as 17h00m, salvo acordo das partes na estipulação de outro horário.
 - f) A entrega dos produtos é obrigatoriamente acompanhada de guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
 - i. Data de entrega;
 - ii. Identificação do **Cocontratante**;
 - iii. Identificação da **AdP VALOR** e local de entrega;

- iv. Data da encomenda e informação da requisição emitida pela **AdP VALOR**;
 - v. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - vi. Indicação dos produtos;
 - vii. Preço de venda negociado.
- g) A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela **AdP VALOR**, fica na posse do **Cocontratante**, constituindo prova bastante da entrega dos produtos.
- h) A **AdP VALOR** poderá proceder no momento de entrega dos bens às seguintes verificações:
- i. Quantitativa, para comprovar a conformidade das quantidades entregues e referidas na guia de remessa com as quantidades encomendadas;
 - ii. Qualitativa, para comprovar a inexistência de deficiências em termos de armazenamento, de embalagem e de transporte.
- i) Após verificação, a **AdP VALOR** pode:
- i. Aceitar os bens mediante condição de, após exame ou durante a utilização, estes cumprirem as características exigidas;
 - ii. Rejeitar total ou parcialmente os bens;
 - iii. Devolver os excedentes;
 - iv. Solicitar a entrega dos bens em falta.
- j) Se o **Cocontratante** não dispuser dos produtos encomendados por rutura temporária de stock deve propor, atempadamente, à **AdP VALOR** a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo deste facto resultar um acréscimo de custos.
- k) Nos casos previstos nas alíneas anteriores, o **Cocontratante** deve fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte da **AdP VALOR**, nomeadamente amostras, fotografias e especificações técnicas e funcionais dos novos bens a fornecer;
- l) Todos os encargos com a substituição, a devolução ou a destruição dos produtos rejeitados, são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
- m) Os produtos ou suportes deverão assegurar a possibilidade de limitar e uniformizar a dose unitária, por forma a limitar o consumo e reduzir o desperdício;

- n) Os suportes dos produtos de higiene serão gratuitamente disponibilizados ou substituídos (se for caso) pelo **Cocontratante**, de acordo com as necessidades da **AdP VALOR** e a sua solicitação;
 - o) A cedência, colocação e manutenção (assistência técnica) dos suportes ficam a cargo do **Cocontratante** e deve ser realizada de acordo com as características das instalações sanitárias;
 - p) O **Cocontratante** deverá minimizar a ocorrência de danos nas infraestruturas, inerentes à colocação e/ou substituição dos suportes, pelo que será responsabilizado sempre que os mesmos se demonstrarem excessivos face ao considerado com estritamente necessário;
 - q) No momento de instalação dos equipamentos, a **AdP VALOR** poderá requerer a aprovação prévia e proceder à realização de testes de aceitação, que deverão decorrer com o apoio do **Cocontratante**, bem como à formação presencial de elementos a designar;
 - r) No termo do contrato, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os equipamentos e acessórios cedidos que não possam ser retirados ou cuja fixação tenha provocado a deterioração das instalações, ingressarão nos ativos da **AdP VALOR**.
2. O **Cocontratante** obriga-se a assegurar, no que diz respeito aos serviços de higiene e limpeza, o cumprimento das especificações constantes no **ANEXO III** deste Caderno de Encargos e os seguintes requisitos e níveis de serviço:
- a) A prestação de serviços de limpeza deverá ser integralmente executada nas instalações afetas à **AdP VALOR**;
 - b) É da responsabilidade do **Cocontratante** controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, bem como o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição se necessário, bem como a apresentação dos trabalhadores ao serviço (ex.: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço);
 - c) Durante a vigência do contrato, a **AdP VALOR** reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o entenda

- conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;
- d) A **AdP VALOR** poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações;
 - e) Todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do **Cocontratante**, incluindo os equipamentos de proteção coletiva e individual necessários;
 - f) Todos os produtos de limpeza, lavagem, desgorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc.), assumindo o **Cocontratante** inteira, e exclusiva, responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, decorrentes da utilização daqueles produtos;
 - g) Todos os produtos a utilizar nos serviços de limpeza deverão respeitar a legislação aplicável e as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o **Cocontratante** garantir a sua adequação a novas obrigações que entrem em vigor no período de vigência do contrato, bem como as boas práticas abaixo indicadas:
 - a. Todos os produtos utilizados devem ser fornecidos com instruções claras de dosagem, disponibilizando sempre que solicitados, os documentos com instruções, fichas técnicas e fichas de segurança à **AdP VALOR**;
 - b. É proibida a utilização de pulverizadores que contenham gases propulsores;
 - c. Os produtos embalados como pulverizadores de gatilho devem ser vendidos como parte de um sistema de recarga;
 - d. Os detergentes para loiça e aditivos de enxaguamento devem ser ecológicos, não podendo o rótulo do produto, nem as respetivas fichas de segurança e outras fichas técnicas pertinentes mencionar a inclusão de fosfatos.
 - h) A **AdP VALOR** reserva-se o direito de proceder à verificação dos produtos, sempre que o entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a sua utilização;
 - i) É da inteira responsabilidade do **Cocontratante** a gestão dos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da

AdP VALOR destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que existam, se mostrem adequadas e mediante autorização prévia;

- j) É da responsabilidade e encargo do **Cocontratante** a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;
- k) É da responsabilidade do **Cocontratante** a disponibilização de todo o equipamento inerente à lavagem dos vidros exteriores, vulgarmente designado por sistema de alpinismo, o qual deve estar devidamente verificado ou certificado de forma a garantir as adequadas condições de segurança à realização destes trabalhos;
- l) Caso a **AdP VALOR** ceda equipamentos de limpeza para utilização por parte do **Cocontratante**, será elaborado um documento de consignação que registará o estado em que os equipamentos são entregues, bem como eventuais anomalias ou necessidades de intervenção que se considerem necessárias para a sua operacionalidade em condições adequadas;
- m) O **Cocontratante** obriga-se a apresentar à **AdP VALOR** uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes dos trabalhadores/as e áreas a que estão afetos ao serviço. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores/as aí referidos e o **Cocontratante**, bem como a data de início e duração;
- n) O **Cocontratante** obriga-se a manter, sempre que possível com recurso a um sistema automático, e a disponibilizar os registos de tempos de trabalho dos trabalhadores/as ao serviço, em registo informático de fácil consulta;
- o) O **Cocontratante** deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a **AdP VALOR**;
- p) O **Cocontratante** deve assegurar a qualidade dos serviços de limpeza garantindo os resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza constante do **ANEXO III**;

- q) O **Cocontratante** deve respeitar os códigos de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como a sinalética de segurança que lhe seja exigida pela **AdP VALOR**;
 - r) A **AdP VALOR** garantirá ao **Cocontratante** o acesso às instalações para a prestação do serviço, devendo este respeitar as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações;
 - s) É da responsabilidade do **Cocontratante** a gestão operacional (colocação e reposição) dos consumíveis necessários à manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias.
3. É da responsabilidade do **Cocontratante** efetuar a gestão operacional dos consumíveis de higiene nas instalações de **AdP VALOR**, tais como a sua armazenagem, colocação e reposição, necessários para a manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias, garantindo a cobertura das necessidades de consumíveis em todo o período de funcionamento.
4. O **Cocontratante** deve cumprir as normas ambientais e de segurança decorrentes da legislação aplicável aos bens e serviços objeto do contrato.

Cláusula 7.ª

Equipa a afetar à execução do contrato

- 1. O **Cocontratante** deve afetar à execução dos serviços objeto do contrato uma equipa composta pelos elementos indicados no n.º 6 do **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
- 2. Para a componente complementar da prestação de serviços – limpeza programada profunda, é da responsabilidade do **Cocontratante** alocar o número de trabalhadores/as necessários/as à boa execução das tarefas.
- 3. Para trabalhos que impliquem realização de trabalhos de risco elevado (como sejam os trabalhos em altura) o **Cocontratante** deve alocar elementos com as necessárias competências, para garantir que os trabalhos são efetuados em perfeitas condições de segurança.

Cláusula 8.^a

Documentação a entregar pelo Cocontratante

- I. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da celebração do contrato o **Cocontratante** deve entregar a seguinte documentação à **AdP VALOR**:
- a) Listagem com a identificação dos elementos da equipa a afetar à execução do contrato e/ou fichas de identificação do seu pessoal contendo indicação do respetivo n.º do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão;
 - b) Cópias das fichas de aptidão médica dos elementos da equipa a afetar à execução do contrato e evidência das necessárias competências (quando aplicável);
 - c) Documentação comprovativa da subscrição de seguros contra acidentes de trabalho relativamente aos elementos da equipa a afetar à execução do contrato, designadamente a apólice, recibo e folhas de férias;
 - d) Plano de higienização a aplicar no período de execução do contrato, no qual conste no mínimo, a seguinte informação: periodicidade de limpeza dos diferentes espaços com respetivo modelo de registo e controlo; tipo e cores dos panos a utilizar na limpeza das instalações; periodicidade de lavagem dos panos e esfregonas, especificando as temperaturas e tempos de lavagem mínimos;
 - e) Fichas técnicas de máquinas e equipamentos a utilizar na prestação de serviços;
 - f) Fichas de dados de segurança de todas as substâncias ou preparações perigosas, as quais devem ser fornecidas e redigidas em língua portuguesa e cumprir a legislação em vigor;
 - g) Fichas técnicas ou especificação sobre o conteúdo do produto e as suas condições de manuseamento, armazenagem e aplicação, no caso das substâncias ou preparações não perigosas;
 - h) Cópias da autorização/licença do operador de resíduos e/ou destinos finais dos resíduos;
 - i) Listagem dos produtos químicos e equipamentos de trabalho a utilizar na prestação de serviços;
 - j) Documentação contendo a avaliação de riscos com identificação dos equipamentos de segurança coletivos e individuais a utilizar.

Cláusula 9.^a

Avaliação da qualidade dos serviços de limpeza

1. A avaliação do estado de limpeza é efetuada com recurso:
 - a) Visita mensal por parte do **Cocontratante** às instalações da **AdP VALOR**;
 - b) Reunião mensal entre o **Cocontratante** e o Gestor de Contrato da **AdP VALOR**;
 - c) Auditorias efetuadas ao longo do contrato.
2. É da responsabilidade do Gestor de Contrato da **AdP VALOR** a marcação de auditorias, sempre que necessário, com um limite máximo de 4 (*quatro*) auditorias trimestrais, onde o avaliador definirá se o estado da instalação analisada após a limpeza, se está conforme os resultados definidos no **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos e cumpre os requisitos e níveis de serviço definidos na cláusula anterior.
3. As auditorias são realizadas pelo **Cocontratante** ou por uma terceira entidade, escolhida por esta, podendo ser acompanhadas pelo Encarregado de limpeza ou outra pessoa designada pelo **Cocontratante**, sendo que uma eventual não comparência do representante do **Cocontratante** não o desvincula dos resultados da auditoria.
4. Nas auditorias é atribuída uma avaliação de 0 (zero) para Não Conforme e de 1 (*um*) para Conforme, para os resultados pretendidos para cada uma das especificações definidas no **ANEXO III**.
5. Nas auditorias serão ainda considerados outros requisitos da prestação (designadamente ambientais, de segurança, outros), os quais serão registados como não conformidades ou oportunidades de melhoria (em função do seu impacto no sistema de gestão em vigor).
6. Uma avaliação do Estado de Limpeza é considerada conforme se o resultado for igual ou superior a 80%.
7. A avaliação dos processos e meios utilizados é efetuada continuamente pelo Gestor de Contrato, podendo suportar-se nas auditorias realizadas ao estado da limpeza e em informações dos colaboradores/as presentes no edifício.

O resultado da avaliação dos processos e meios utilizados decorre da identificação e somatório mensal das não conformidades / oportunidades de melhoria.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP VALOR**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato e que a **AdP VALOR** lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.^a

Tratamento de Dados Pessoais

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da **AdP VALOR**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções da **AdP VALOR** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra

destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela **AdP VALOR**, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da **AdP VALOR**, o **Cocontratante** deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato à **AdP VALOR** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato à **AdP VALOR** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o **Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, à **AdP VALOR** disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis

consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a **AdP VALOR** possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao **Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a **AdP VALOR**:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O **Cocontratante** obriga-se a ressarcir a **AdP VALOR** por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do **Cocontratante** é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela **AdP VALOR**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 12.^a

Conservação de Dados Pessoais

- 1.** O **Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela **AdP VALOR**.
- 2.** Dependendo da opção comunicada pela **AdP VALOR**, o **Cocontratante** deve apagar ou devolver todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as

cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 13.^a

Transferência de dados pessoais

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da **AdP VALOR**, exceto se o **Cocontratante** for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a **AdP VALOR** antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 14.^a

Dever de Cooperação

O **Cocontratante** deve cooperar com a **AdP VALOR** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação da **AdP VALOR**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

MEIOS HUMANOS

Cláusula 15.^a

Horário de Trabalho

1. O **Cocontratante** obriga-se a ter patente no local de trabalho o horário de trabalho em vigor, para as atividades de limpeza a desenvolver na **AdP VALOR**.
2. O **Cocontratante** terá à disposição de todos os interessados, no local de trabalho, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

3. No caso de trabalho extraordinário diurno ou noturno, as remunerações do pessoal deverão ser efetuadas pelo **Cocontratante** nos termos das contratações coletivas de trabalho existentes ou de quaisquer outras disposições legais aplicáveis ao referido pessoal.
4. A **AdP VALOR** fará o controlo do cumprimento do horário de trabalho, mediante a assinatura de cada trabalhador e indicação da hora de entrada e de saída.

Cláusula 16.^a

Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho

1. O **Cocontratante** fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre medicina, segurança e higiene no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregado ao serviço da **AdP VALOR**, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem, nomeadamente os relativos à formação em segurança no trabalho dos/as trabalhadores/as envolvidos/as na prestação de serviços.
2. O **Cocontratante** é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e segurança do pessoal empregado ao serviço da **AdP VALOR** e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.
3. Em caso de negligência do **Cocontratante** no cumprimento das obrigações estabelecidas nos n.ºs 1 e 2 desta cláusula, a **AdP VALOR** poderá tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que por tal facto diminuam as responsabilidades do **Cocontratante**.
4. O **Cocontratante** apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a **AdP VALOR** o exija, apólices de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente a todo o pessoal que execute prestações abrangidas pelo contrato.

Cláusula 17.^a

Encargos sociais

São da responsabilidade do **Cocontratante** todas as contribuições para a Segurança Social e demais encargos legalmente fixados, comprometendo-se o mesmo a manter atualizada a situação de todos os/as seus/suas trabalhadores/as em serviço na **AdP VALOR**.

Cláusula 18.^a

Salários mínimos

Os salários a pagar pelo **Cocontratante** a todo o pessoal afeto à prestação do serviço terão de obedecer aos mínimos legais aplicáveis ao setor.

Cláusula 19.^a

Pagamento de remunerações

1. O **Cocontratante** deverá pagar atempadamente as remunerações ao seu pessoal, garantindo que este último as receba efetivamente antes do início do mês seguinte.
2. O **Cocontratante** é obrigado a apresentar, sempre que lhe seja solicitada, cópia de todas folhas de pagamentos.

Cláusula 20.^a

Seguros

1. Sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do presente caderno de encargos, deverá o **Cocontratante** possuir seguros relativos à sua atividade, cobrindo todos os danos e prejuízos causados à **AdP VALOR** ou a terceiros emergentes da execução da prestação de serviços, nomeadamente:
 - a) Responsabilidade Civil profissional;
 - b) Acidentes de trabalho.
2. As condições estabelecidas abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados que trabalhem na prestação de serviços, respondendo plenamente o **Cocontratante** perante a **AdP VALOR** pela sua observância.
3. Os encargos referentes aos seguros anteriormente indicados são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
4. Todos os seguros deverão ser contratados junto de uma seguradora ou consórcio de seguradoras autorizadas a exercer a atividade seguradora em Portugal.

5. A Entidade Adjudicante pode exigir, sempre que assim o entender, ao **Cocontratante** a apresentação das apólices de seguro e os recibos comprovativos do pagamento dos prémios respetivos.
6. Qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável é da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
7. A **AdP VALOR** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

SECÇÃO III

OBRIGAÇÕES DA AdP VALOR

Cláusula 21.^a

Preço base e preço contratual

1. Pelo cumprimento das obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdP VALOR** deve pagar ao **Cocontratante** o produto dos preços unitários que constam na proposta adjudicada pelos serviços efetivamente prestados, bem como pelos bens fornecidos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP VALOR**, nomeadamente os relativos a deslocações de pessoas, transporte de bens, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e ainda os encargos com mão-de-obra e restantes encargos com pessoal.
3. São aplicáveis os seguintes preços base parcelares, aos quais acresce o IVA se devido à taxa legal em vigor, para o **período de 3 (três) anos**:
 - a) **SERVIÇOS REGULARES DE LIMPEZA - € 322.025,22** (trezentos e vinte e dois mil, vinte e cinco euros e vinte e dois cêntimos);
 - b) **SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA - € 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos euros);
 - c) **FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS - € 19.038,12** (dezanove mil, trinta e oito euros e doze cêntimos).

4. O valor máximo da proposta corresponderá ao valor de **€ 355.463,34** (*trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três euros e trinta e quatro cêntimos*), acrescidos de IVA, se devido, à taxa legal em vigor, conforme resultado do somatório dos preços base parcelares indicados nas alíneas a), b) e c) do número anterior, resultantes por sua vez do produto entre as quantidades estimadas e os preços-unitários que constem como atributos das respetivas propostas.

Cláusula 22.^a

Revisão de preços

1. O preço contratual estabelecido para a prestação manter-se-á constante até ao final do contrato, salvo alterações excecionais verificadas nos pressupostos nos quais o **Cocontratante** determinou o valor da sua proposta apresentada, na qual se incluem os respetivos preços unitários e os preços base parcelares e que essas mesmas alterações não fossem previstas ou ultrapassem os limites de cálculo que determinam a fixação do preço base.
2. Nos termos do artigo 300.º do Código dos Contratos Públicos, o pedido de revisão de preços deverá ser fundamentado pelo **Cocontratante** à **AdP VALOR** e apenas ocorrerá se a conjuntura económica do momento evidencie índices superiores aos verificados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) à data da apresentação das propostas para o Índice de Preços ao Consumidor.
3. O cálculo das taxas e índices a utilizar no momento da revisão de preços resultam da média das taxas verificadas, e oficialmente publicadas pelo INE, para o período de 6 (seis) meses anterior ao momento do pedido.
4. O pedido de revisão de preços poderá ser solicitado pelo **Cocontratante** desde que passados 12 (*doze*) meses da data de outorga do Contrato ou da última revisão.

Cláusula 23.^a

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção das respetivas faturas por parte da **AdP VALOR**, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva nos termos do n.º 1.

2. Em caso de discordância por parte da **AdP VALOR** quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao **Cocontratante**, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP VALOR** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, a **AdP VALOR** proceder ao pagamento da importância não contestada.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
5. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 24.^a

Faturação

1. O preço contratual relativo à Componente Regular da Prestação de Serviços será pago em prestações mensais, devendo o **Cocontratante** emitir, no início de cada mês, uma fatura, relativamente à prestação dos serviços efetivamente executados no mês anterior.
2. A **AdP VALOR** contabilizará com uma periodicidade mensal as horas efetivamente despendidas com base nos mapas de presenças indicados no ponto n.º 4 da cláusula 15.^a do presente Caderno de Encargos, procedendo à solicitação de uma nota de crédito por parte do **Cocontratante**, se aplicável.
3. O preço contratual relativo à Componente Complementar da Prestação de Serviços será devido após a prestação dos serviços solicitados pelo Gestor do Contrato da **AdP VALOR**.
4. O preço contratual relativo ao Fornecimento de Consumíveis de casas de banho será devido após a aceitação dos bens, nos termos referidos no ponto i. da alínea i) do n.º I da cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos.

5. As faturas emitidas pelo **Cocontratante** à **AdP VALOR** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
6. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos serviços prestados durante o período de faturação.
7. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
8. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido ao Portal referido no número anterior deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5.
9. Em caso de incumprimento dos termos da faturação resultante de facto não imputável à **AdP VALOR**, às prestações mensais não acrescem quaisquer juros de mora.
10. As faturas eletrónicas devem cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal – Manual de Boas Práticas – Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240> .
11. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa, a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos após 01/01/2024.

SECÇÃO IV

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 25.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pela gestora do contrato designada pela **AdP VALOR**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, a gestora pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso a gestora de contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 26.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da **AdP VALOR**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP VALOR** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de cumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, a **AdP VALOR** pode determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **AdP VALOR**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP VALOR**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a **AdP VALOR** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções pecuniárias, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, designadamente nos termos dos números seguintes.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **AdP VALOR** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Cocontratante** e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de incumprimento dos níveis de serviço mínimos fixados na cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos, podem ser aplicadas sanções nos seguintes termos:
 - a) Por não enviar a informação semestral sobre os produtos consumíveis utilizados estabelecido na subalínea i) da alínea g) da cláusula 4.^a é aplicada uma sanção de €50,00 (cinquenta euros) a €100,00 (cem euros) por cada dia útil de atraso.
 - b) Para o fornecimento de consumíveis de casa de banho:
 - i. Pelo incumprimento do prazo estabelecido na alínea d) do n.º I da cláusula 6.^a é aplicada uma sanção por cada dia de atraso na entrega da encomenda, face ao prazo máximo acordado com a **AdP VALOR** na referida alínea, sendo a mesma calculada do seguinte modo:
 - a. Desconto de 3% no primeiro dia de atraso;
 - b. Desconto acrescido de 5% no segundo dia de atraso;
 - c. Desconto acrescido de 7% no terceiro dia de atraso;
 - d. Desconto acrescido de 10%, por cada dia, do quarto dia de atraso em diante.
 - ii. A sanção será calculada sobre o valor da encomenda;

- iii. O fornecimento de bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade deficiente terá um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor total da encomenda até que a situação em causa se mostre normalizada.
- c) Para a prestação de serviços de limpeza regular:
- i. São consideradas não conformes as limpezas cujas auditorias revelem um estado de limpeza inferior a 80%, sendo aplicada uma sanção calculada do seguinte modo:
 - a. $V_{\text{sanção}} = (0,80 - \text{Pontuação}) * V_{\text{contrato}}$
 - b. Sendo $V_{\text{sanção}}$ = Valor da sanção a deduzir ao valor fixo contratado na fatura do mês correspondente;
 - c. Pontuação = Pontuação média apurada na(s) auditoria(s) realizada(s), sendo a mesma inferior a 0,8;
 - d. V_{contrato} = Valor fixo contratado a pagar mensalmente pela prestação do serviço.
 - ii. Serão aplicadas sanções por cada não conformidade nos processos e meios utilizados, sendo as mesmas calculadas do seguinte modo:
 - a. Desconto de 2% se 2 a 4 infrações definidas como muito graves/mês;
 - b. Desconto acrescido de 1% por cada 4 infrações definidas como muito graves/mês;
 - c. Desconto de 1% se 2 a 6 infrações definidas como graves/mês;
 - d. Desconto acrescido de 0,5% por cada 6 infrações definidas como graves/mês.
4. A **AdP VALOR** poderá aplicar uma sanção de €150,00 (*cento e cinquenta euros*) a €300,00 (*trezentos euros*) caso os serviços relativos à componente de serviços complementares da prestação de serviços não sejam integralmente executados nos termos solicitados pela **AdP VALOR** dentro do prazo de 30 (*trinta*) a contar da respetiva solicitação.
5. Caso o incumprimento referido no número anterior se volte a repetir será aplicado um coeficiente cumulativo de agravamento de 50% cada vez que este suceda.
6. Decorrente do incumprimento das obrigações do **Cocontratante** fixadas na alínea d) da cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos, por cada dia de atraso na entrega dos bens, será aplicada uma penalidade de € 50,00 (*cinquenta euros*) a €100,00 (*cem euros*).

7. A **AdP VALOR** poderá aplicar penalizações decorrentes cumulativamente da avaliação da qualidade do serviço em duas vertentes – estado da limpeza e processos e meios utilizados, bem como, adicionalmente, em caso de incumprimento dos níveis de serviço mínimos fixados na cláusula 9.^a do presente Caderno de Encargos, as seguintes:
- a) Pela não substituição de quaisquer materiais, equipamentos ou produtos de limpeza quando tal lhe tenha sido solicitado pela **AdP VALOR** é aplicada uma sanção de € 150,00 (*cento e cinquenta euros*) a € 300,00 (*trezentos euros*) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - b) Pela não substituição do pessoal que a **AdP VALOR** haja comunicado que não autoriza a permanecer nas suas instalações é aplicada uma sanção de €250,00 (*duzentos e cinquenta euros*) a €500,00 (*quinhentos euros*) por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
 - c) Pela desatualização da listagem dos trabalhadores ou dos registos das suas presenças, nos termos da alínea m) do n.º 2 da cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos é aplicada uma sanção de €200,00 (*duzentos euros*) a €400,00 (*quatrocentos euros*) por cada dia em que se mantenha a ocorrência.
8. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a **AdP VALOR** decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
9. A **AdP VALOR** pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
10. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP VALOR** exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 28.^a

Força maior

- 1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulta de caso de força maior.
- 2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;

- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem.
- g) Eventos nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem.

4. A parte de invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP VALOR** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.**

Cláusula 29.^a

Resolução por parte da AdP VALOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP VALOR** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante**, e não implica a repetição das prestações realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **AdP VALOR**.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20 % (*vinete por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 27.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a **AdP VALOR** exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 30.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 31.^a

Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 32.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP VALOR** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 33.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 34.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 35.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

CARATERIZAÇÃO DAS ÁREAS A INTERVENCIONAR

ANEXO I.1

ÁREAS E LOCAIS A INTERVENCIONAR

- Piso 5 (área útil: 957,15 m²): Área de escritório, WC, Copas, Catering, Escadas, Corredores e Elevadores;
- Piso 4 (área útil: 964,42 m²): Área de escritório, WC, Copas, Escadas, Corredores e Elevadores;
- Piso 3 (área útil: 950,23 m²): Área de escritório, WC, Copa, Escadas, Corredores e Elevadores;
- Piso 2 (área útil: 949,6 m²): Área de escritório, WC, Copa, Escadas, Corredores e Elevadores;
- Piso 1 (área útil: 856,2 m²): Área de escritório, Posto Médico, WC, Copa Geral, Escadas, Corredores, Logradouros e Elevadores;
- Piso 0 (área útil: 862,95 m²): Área de escritório, Auditório, Foyer/ Biblioteca, WC, Átrio Principal, Data Center, Arquivo, Armazém, Escadas, Corredores, Espaço de Educação Ambiental e Elevadores;
- Piso -1 (área útil: 1.581,90 m²): Sala de Vigilância, Sala Manutenção, Sala do CRA (anterior Sala de Motoristas), Escadas, Corredores e Elevadores;
- Pisos -2 a -4 (área útil: 4.745,70 m²): garagem, Salas Técnicas, Escadas, Corredores e Elevadores;
- Terraço (área útil: 117,00 m²): Casa de Máquinas, Salas Técnicas, Drenos e Algerozes e restante cobertura.

Número de postos de trabalho (aproximadamente): 240 que poderá sofrer alterações de acordo com entrada e saída de colaboradores.

ANEXO I.2

QUANTIFICAÇÃO DOS LOCAIS POR PISO

Locais a intervir	Pisos								
	Terraço	Piso 5	Piso 4	Piso 3	Piso 2	Piso 1	Piso 0	Piso -1	Piso -2 a -4
WC's		9	5	5	5	5	5	2	
Copa geral					1				
Copa pequena		2	1	1	1	1			
Escadas	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Corredor		2	2	2	2	2	2	2	2
Elevador		3	3	3	3	3	3	3	3
Posto médico						1			
Sala técnica	3	1	1	1	1	1	1	6	5
Sala de vigilância								1	
Sala de motoristas								1	
Auditório (salas de reunião)							4		
Foyer							1		
Átrio principal		1	1	1	1	1	1		
Arquivo								2	
Armazém							1	1	
Logradouro						2			

ANEXO I.3

PLANTAS DO EDIFÍCIO

A versão em anexo é representativa, dado que o edifício sofreu algumas alterações pontuais relativamente à disposição das salas e respetivo layout não refletidos nas peças em anexo, mas não alteram a complexidade nem os meios necessários à realização do objeto do procedimento em apreço.

(ANEXO EM FORMATO DIGITAL)

Anexo II

ESPECIFICAÇÕES DOS CONSUMÍVEIS DE CASA DE BANHO

Papel higiénico Jumbo Mini		
Principais Caraterísticas	Unidade	Jumbo Mini
I.1 Cor	N/A	Branco
I.2 Gofrado	N/A	Sim
I.3 Comprimento do Rolo	m	180 (± 20%)
I.4 Picotado	N/A	Sim
I.5 Solubilidade	N/A	Solúvel
I.6 Tipo de Fibra	N/A	Reciclada
I.7 Tipo de Folha	N/A	Dupla

Rolo de papel para marquesa com largura de 60 cm		
Principais Caraterísticas	Unidade	Largura 60 cm
I.1 Comprimento do Rolo	m	100 (± 10%)
I.2 Largura do Rolo	cm	60 (± 2%)
I.3 Gramagem	gr./m2	26 a 28
I.4 Tipo de Fibra	N/A	Reciclada
I.5 Tipo de Folha	N/A	Simple ou Superior

Toalhas de Papel de Mão Zig Zag		
Principais Caraterísticas	Unidade	Toalhas de Mão Zig Zag 2
I.1 Cor	N/A	Branco
I.2 Comprimento do Rolo	m	N/A
I.3 Largura do Rolo	cm	N/A
I.4 Dimensões da Folha	cm	23 x 25 (± 5%)
I.5 Número de Folhas por Maço	N/A	≥ 160
I.6 Tipo de Fibra	N/A	Reciclada
I.7 Tipo de Folha	N/A	Dupla
I.8 Tipo de Dobragem	N/A	Zig-Zag

Sabonete líquido

Principais Caraterísticas	Unidade	Sabonete Líquido
I.1 Aspeto	N/A	Líquido Viscoso
I.2 Odor	N/A	Aveia ou Outro
I.3 Viscosidade	cP	> 2.800
I.4 Densidade a 20 °C	gr./mL	1.009 a 1.039
I.5 Estabilidade	N/A	Sem Alterações
I.6 Formato da Embalagem	N/A	Garraão de 5 Litros
I.7 pH	N/A	5,00 a 6,00
I.8 Biodegradável	%	> 60

Contentores Assépticos

Principais Caraterísticas	Unidade	Contentor Asséptico
I.1 Material das Unidades de Recolha	N/A	Plástico de alta densidade, não deformável e resistente ao fogo
I.2 Material das Tampas	N/A	Metal revestido a nylon, resistente e desinfetável
I.3 Componentes Adicionais	N/A	Gaveta intermédia, mecanismo automático ou pedal
I.4 Capacidade	Litro	20 (± 10%)
I.5 Germicida	N/A	Não tóxico, inibidor de cheiros, destruidor vírus Hepatite B e Tuberculose (nas fases de vapor e líquida)

Quantidades Estimadas

Consumíveis	Quantidade anual Base Estimada
Rolos de Papel Higiénico Jumbo Mini (€/rolo)	1 375
Rolos de Papel para Marquesa Largura 60 cm (€/rolo)	25
Toalhas de Papel de Mão Zig Zag 2 camadas (€/pacote)	2 250
Sabonete Líquido (€/5L)	169
Contentor Assético (€/Contentor)	204

Anexo III

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA

I. LIMPEZA REGULAR – DIÁRIA

Especificações para gabinetes, salas de reunião, open spaces, copas, zonas de atendimento e circulação públicas, posto médico, incluindo elevadores, escadarias e varandas

- Limpeza do pó, dedadas, humidades e desinfeção dos corrimãos e puxadores de portas;
- Limpeza e desinfeção de superfícies, incluindo pavimento, mobiliário e portas;
- Limpeza de parapeitos, estores e vidros e envidraçados interiores;
- Limpeza e desinfeção de interruptores de luz;
- Limpeza de pó, dedadas, humidades e desinfeção dos móveis e dos utensílios/equipamentos de escritório, informática e comunicações (p.ex. bengaleiros, fotocopiadoras, monitores e teclados, telefones e faxes);
- Limpeza / lavagem e desinfeção do pavimento de compartimentos, *halls*, corredores, passadiços, entradas, patamares, escadas e elevadores;
- Aspiração de tapetes, carpetes e alcatifas;
- Despejo e limpeza de recipientes do lixo;
- Limpeza e desinfeção dos balcões de atendimento;
- Despejo e limpeza de cinzeiros (porta principal, logradouro poente e nascente e garagem);
- Lavagem das loiças (copos, chávenas e talheres) das copas e salas de reunião;
- Abastecimento de água e colocação de copos nas salas de reunião dos pisos e gabinetes dos administradores/as.

Especificações para Instalações Sanitárias:

- Limpeza do pó, dedadas, humidades e desinfeção dos puxadores de portas;
- Limpeza e desinfeção de interruptores de luz;

- Limpeza de pó, dedadas, humidades e desinfeção dos móveis e dos utensílios/equipamentos de wc (p. ex. suportes de rolos de papel higiénico e dispensadores de sabonete);
- Limpeza e desinfeção de equipamento sanitário (inclui lavatórios, sanitas, urinóis, chuveiros ou outros);
- Limpeza de vidros e espelhos;
- Despejo e limpeza de recipientes do lixo;
- Limpeza húmida e desinfeção do pavimento com água e detergente;

2. LIMPEZA REGULAR DE PERIODICIDADE - SEMANAL

Especificações para gabinetes, salas de reunião, open spaces, copas, zonas de atendimento e circulação públicas, incluindo elevadores, escadarias e varandas.

- Limpeza e desinfeção de metais;
- Limpeza das ombreiras das portas;
- Limpeza de portas interiores e exteriores;
- Limpeza de objetos em madeira com produtos adequados à sua proteção e lustro
- Limpeza do mobiliário, com aplicação de produto adequado ao seu abrillantamento e remoção de riscos/manchas/dedadas (não inclui enceramento do mobiliário);
- Desinfeção de cinzeiros (porta principal, logradouro poente e nascente e garagem;
- Limpeza e remoção de grafites.
- Limpeza do pó e dedadas em locais elevados, nomeadamente nas partes superiores de estantes, armários e outros móveis;
- Limpeza / lavagem de varandas e logradouros exteriores;
- Arredamento de todos os móveis de fácil deslocação, sua limpeza completa e limpeza das paredes onde estes se encontram encostados;
- Limpeza das paredes e divisórias;
- Limpeza profunda de tapetes, alcatifas e carpetes;
- Limpeza de rodapés;
- Limpeza e desinfeção de telefones;

- Limpeza profunda de cadeiras e sofás forrados a tecido;
- Limpeza e desinfecção de recipientes do lixo;
- Limpeza de parapeitos, estores e vidros e envidraçados interiores;

3. LIMPEZA REGULAR PERMANENTE - DIÁRIO

- Abastecimento e reposição dos consumíveis das máquinas de café;
- Abastecimento e reposição dos consumíveis dos WC's, de manhã e à tarde;
- Desinfecção de sanitas e urinóis, de manhã e à tarde;
- Limpeza / lavagem e desinfecção do pavimento dos WC's, de manhã e à tarde;
- Limpeza / lavagem do pavimento do hall de entrada, sempre que necessário;
- Lavagem das loiças (copos, chávenas e talheres) das copas e salas de reunião;
- Limpeza e desinfecção de todos puxadores de portas e dos elevadores ao longo do dia;
- Recolha do lixo das copas do r/c e 1º andar ao final de cada dia;
- Limpezas urgentes.
- Reposição de gel desinfetante nos dispensadores.

4. CONTENTORES ASSÉTICOS

Manutenção de contentores asséticos mensal (no primeiro dia útil do mês).

5. COMPONENTE COMPLEMENTAR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

a. Profunda Pisos

- Lavagem de alcatifas;
- Limpeza e desinfecção de recipientes do lixo;

b. Garagens e Terraço

- Limpeza / lavagem do pavimento;
- Remoção de ervas, resíduos diversos;

c. Vidros exteriores

- A limpeza dos vidros exteriores terá de ser executada com os meios adequados às condições do edifício e regras de segurança aplicáveis aos trabalhos em altura.

6. EQUIPA A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO, HORÁRIOS E QUANTIDADES ESTIMADAS:

Serviço de Limpeza	Periodicidade		Sistema de Limpeza Proposto					Preço anual (euros)
	Periodicidade	Pisos	Função	N.º de Colaboradores	Dias/Horários	N.º horas /dia	N.º horas /ano Base Estimada	
Limpeza regular diária	Diário	Todos os pisos	Encarregado	I	Dias úteis entre as 06h00 e as 09h00	3	759	- €
			Trabalhador de limpeza	II		3	8 316	- €
Limpeza regular permanente	Diário	Todos os pisos	Piquete	2	Dias úteis entre as 09h00 e as 18h00	8	4 048	- €
SERVIÇO DE LIMPEZA - PROGRAMADA REGULAR (VALOR ANUAL)								- €
SERVIÇO DE LIMPEZA - PROGRAMADA REGULAR (3 ANOS)								- €

Serviço de Limpeza	TIPO		Sistema de Limpeza Proposto			Valor Estimado (euros)
	Serviço	Pisos	Função	Dias/Horários	Quantidade Anual estimada de Pedidos	
Limpeza programada profunda	PISOS	Pisos (0 ao 5)	Profunda Pisos	Sábados das 9h00 às 18h00	4	- €
	GARAGENS	Garagem (-1 ao -4)	Lavagem garagem e terraço		4	- €
	VIDROS EXTERIORES	Pisos (0 ao 5)	Vidros exteriores		4	- €
VALOR ESTIMADO - SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA (VALOR ANUAL)						- €
VALOR ESTIMADO - SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE LIMPEZA (3 ANOS)						- €